



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A CONEXÃO DA DOCTRINA DA LIBERDADE COM A PRESCIÊNCIA DIVINA

Apresentação e Tradução: Silvério Becker⁴³

O texto a seguir é uma tradução do sexto e do sétimo capítulos da obra *Doctrine of the Will (Doutrina da Vontade)* (1845), de Asa Mahan. Nessa obra, Mahan defende que os seres humanos possuem uma faculdade dotada de liberdade, a saber, a Vontade. Nela, ele procura esclarecer o conceito de liberdade, bem como a extensão e os limites da liberdade da Vontade. Nessa direção, ele apresenta diversos argumentos em defesa da liberdade da Vontade, procura refutar argumentos no sentido oposto.

No texto a seguir, Asa Mahan procura mostrar que a ideia de liberdade, quando referida à vontade humana, não é contraditória à ideia da presciência divina. Para tanto, ele apresenta argumentos em favor da compatibilidade entre as referidas ideias. Nesse contexto, ele também aponta o que considera ser alguns erros comuns no modo de conceber a presciência divina e busca mostrar a inconsistência de argumentos que defendem haver contradição entre essa ideia e a ideia de liberdade da vontade humana. Embora trate-se de um texto publicado pela primeira vez em 1845, ele situa-se em um debate que permanece atual – o debate sobre liberdade e necessidade na conduta humana – e que permeia, principalmente, a filosofia moral, a filosofia da religião e a teologia

Nascido nos Estados Unidos da América, Asa Mahan (1799-1889) foi o autor de obras importantíssimas no campo da filosofia, como por exemplo: *A System of Intellectual Philosophy* (1854), *The Science of Logic; or An Analysis of the Law of Thought* (1857), e *A Critical History of Philosophy* (1883), a última considerada por diversos filósofos como a mais importante obra de filosofia já escrita.

⁴³ Doutor em filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: silveriobecker@yahoo.com



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A CONEXÃO DA DOUTRINA DA LIBERDADE COM A PRESCIÊNCIA DIVINA

(*Connection of the Doctrine of Liberty with the Divine Prescience*)⁴⁴

Asa Mahan

O argumento no qual os Necessitaristas confiam acima de tudo, contra a doutrina da Liberdade, e como suporte da doutrina da Necessidade, está baseado na presciência Divina da conduta humana. O argumento se desenvolve desse modo: todos os atos da Vontade, por mais remotos no futuro distante, são conhecidos previamente por Deus. Este fato necessita a conclusão, que tais atos são em si mesmos certo e, conseqüentemente, não são livres, mas necessários. Portanto, Deus não pode conhecer previamente os atos da Vontade, ou eles são necessários. A réplica a este argumento já foi antecipada na Introdução⁴⁵. A presciência Divina não é a verdade a qual se deve apelar, para determinar a filosofia da Vontade pressuposta na Bíblia. Isto eu argumento, pela razão óbvia, que do *modo*, *natureza*, e *grau*, da presciência Divina da conduta humana, nós somos profundamente ignorantes. Precisariamos conhecê-la com perfeita clareza, antes de podermos afirmar, com alguma certeza, se essa presciência é ou não consistente com a doutrina da Liberdade. A presciência Divina é uma verdade de inspiração e, portanto, um fato. A doutrina da Liberdade também é, como temos visto, uma verdade de inspiração e, portanto, um fato⁴⁶. Ela é também um fato, conforme afirmada pela consciência universal dos homens. Como logramos nós saber que esses

44 *Connection of the Doctrine of Liberty with the Divine Prescience*. é o sexto capítulo da obra *Doctrine of the Will*, publicada originalmente em 1845. Cf. MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. J. M. Fitch: Oberlin, 1845, p 110-123. Disponível, em 30/12/2021, em: [Doctrine of the Will - Asa Mahan - Google Livros](#). O presente texto contém também o sétimo capítulo da referida obra (*Bearing of the Doctrine of Liberty Upon the Purposes and Agency of God, in Respect to Human Conduct* (Relevância da Doutrina da Liberdade Sobre o Propósito e Agência de Deus, em Relação à Conduta Humana), que também versa sobre o mesmo assunto. O texto é de domínio público.

45 Na Introdução à obra *Doctrine of the Will*, Mahan desenvolve seus argumentos sobre esse ponto de modo um pouco mais detalhado. Cf. MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. J. M. Fitch: Oberlin, 1847, p 19-21. Disponível em 24/05/2021, em: [Doctrine of the Will - Asa Mahan - Google Livros](#) (Nota do Tradutor).

46 Mahan defende essa ideia no terceiro capítulo da obra *Doctrine of the Will* (Nota do Tradutor)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

dois fatos não são perfeitamente consistentes um com o outro? Como logramos saber que, se entendêssemos o *modo*, para não falar da natureza e grau da presciência Divina, não poderíamos perceber com a maior clareza que essa verdade consiste tão perfeitamente com a doutrina da Liberdade, como com a da Necessidade.

Se Deus antevê os eventos, ele os conhece de antemão como eles são e não como eles não são. Se eles são livres e não necessários, ele os antevê como livres e não como necessários. Havendo verificado pela consciência que os atos da Vontade são livre e havendo, a partir da razão e da revelação, determinado, que Deus conhece previamente tais atos, a grande verdade que se revela à nossa mente, é que Deus prevê, e pode prever a conduta humana, ainda que o homem seja livre em sua conduta; e, desse modo, a natureza, e o grau da primeira são o mais perfeitamente consistente com a última.

Eu sei com perfeita distinção que eu agora estou realizando certos atos da Vontade. Com igual distinção eu sei que esses atos não são necessários, mas livres. Meu conhecimento atual é perfeitamente consistente com a liberdade presente. Assim, também sei que o conhecimento antecipado de Deus, dos atos futuros, é igualmente consistente com a mais perfeita liberdade desses atos. Talvez não possa ser encontrada uma melhor apresentação de todo esse tópico, do que o seguinte extrato da “Introdução à Ética”, de Jouffroy⁴⁷. O extrato, embora um pouco longo, compensará uma leitura atenta.

O PERIGO DE RACIOCINAR SOBRE A PRESCIÊNCIA DIVINA A PARTIR DA MANEIRA COMO NÓS PREVEMOS EVENTOS.

“Começo, então, como uma observação bem simples: se concebermos que a presciência nos Seres Divinos opera como em nós, corremos o risco de formar a mais incorreta noção dela e, conseqüentemente, de ver uma contradição entre ela e a liberdade, que desaparecerá por completo, se tivermos dela uma noção verdadeira. Vamos considerar o fato de que nós não temos a mesma faculdade para prever o futuro que temos para rever o passado; e mesmo nos casos em que nós o antecipamos, fazemos

⁴⁷Mahan se refere ao filósofo francês Théodore Jouffroy (1796-18420) (Nota do Tradutor).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

isso por indução do passado. Essa indução pode corresponder a uma certeza, ou a uma mera probabilidade. Ela corresponderá a uma certeza quando estivermos perfeitamente familiarizados com as causas necessárias e suas leis de operação. Tendo os efeitos de tais causas em dadas circunstâncias sido determinados por experiência, podemos prever o retorno de efeitos similares, sob circunstâncias similares, com inteira certeza, ao menos enquanto as presentes leis da natureza permanecem em vigor. É desse modo que antevemos, na maioria dos casos, as ocorrências físicas, cuja lei de operação nos é conhecida; e tal previsão se estenderia muito mais longe, se não fosse por circunstâncias inesperadas que vêm para modificar os resultados. Contudo, essa indução nunca pode ir além da probabilidade, quando nós consideramos os atos de causas livres; e pela própria razão de que eles são livres, e que os efeitos que surgem de tais causas não são de ocorrência necessária e não seguem invariavelmente as mesmas circunstâncias antecedentes. Quando a questão é, então, em relação aos atos de alguma causa livre, nós nunca somos capazes de prevê-los com certeza, e a indução é limitada a conjecturas de probabilidade. Essa é a operação, e esses são os limites da previsão humana. Nossa mente prevê o futuro por indução a partir do passado; sua previsão nunca pode alcançar certeza, exceto em casos de causas e efeitos conectados por dependência necessária; quando os efeitos de causas livres devem ser antecipados, como todos esses efeitos são contingentes, nossa previsão precisa ser meramente conjectura”.

Erro em relação `a presciência divina

“Agora, se tentarmos atribuir à Deidade o mesmo modo de previsão de que os seres humanos são capazes, seguir-se-á, como uma consequência estrita, que, como Deus precisa conhecer exatamente e completamente as leis às quais estão sujeitas todas as causas necessárias na natureza – leis que mudam somente de acordo com sua vontade, - ele pode prever com certeza absoluta todos os eventos que terão lugar no futuro. A previsão certa dos efeitos, portanto, que para nós é possível apenas em casos particulares e que, mesmo então, é sempre sujeita à limitação de que as atuais leis da natureza não sejam modificadas, - essa presciência, que, mesmo quando mais



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

convincente, é limitada e contingente, precisa ser certeza completa e absoluta em Deus, supondo que seu conhecimento prévio é do mesmo tipo que o nosso.

Mas é evidente que, de acordo com essa hipótese, a Deidade não pode prever com certeza as volições de causas livres mais do que nós podemos; como sua presciência é fundada, como a nossa é, sobre o conhecimento das leis que governam as causas, e como a lei de causas livres é precisamente essa, que suas volições não são necessárias, Deus não pode calcular, de algum modo mais que os seres humanos podem, a influência dos motivos, que, em qualquer caso dado, podem agir sobre tais causas. Nem mesmo sua inteligência pode levá-lo além de conjecturas, mais prováveis, certamente, que as nossas, mas nunca equivalentes a certeza. De acordo com essa hipótese, nós precisamos, portanto, ou dizer que Deus pode prever, com certeza, as futuras volições dos homens, e que o homem, portanto, não é um ser livre, ou que o homem é livre, e que Deus, portanto, não pode, mais do que nós podemos, prever suas volições com certeza; e assim, presciência Divina e vontade livre humana estão em contradição direta.

Mas, por que precisa existir essa contradição? Meramente porque nós supomos que Deus prevê o futuro no mesmo modo que nós o prevemos; que o seu conhecimento prévio opera como o nosso próprio. Agora, é essa, eu pergunto, a ideia que nós devemos formar da presciência Divina, exatamente a ideia que os partidários desse sistema, ao qual eu me oponho, formam? Nós temos alguma razão para desse modo impor sobre a Deidade a limitação de nossa própria impotência? Eu penso que não. Desprovidos, como somos, de qualquer faculdade de prever o futuro, pode ser difícil para nós concebermos uma tal faculdade em Deus. Mas não podemos formar por analogia uma tal ideia? Nós temos duas faculdades de percepção – do passado pela memória, e do presente por observação; não podemos imaginar existir em Deus uma terceira – a faculdade de perceber o futuro, como nós percebemos o passado? Qual seria a consequência? Esta: que Deus, ao invés de conjecturar, por indução, os atos dos seres humanos a partir das leis das causas operando sobre eles, vê-los-ia simplesmente como resultados das determinações livres da vontade. Tal percepção dos atos futuros, não implica mais a necessidade de tais ações, que a percepção de atos similares no passado.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Ver tais efeitos surgirem de certas causas não é forçar as causas a produzi-los; nem é compelir esses efeitos a se seguirem. Não importa se tal percepção se refere ao passado, presente, ou futuro; ela é meramente uma percepção; e, portanto, longe de produzir o efeito percebido, ela igualmente pressupõe seu efeito já produzido.

Eu não pretendo que essa visão do que deve ser seja concebida facilmente pela nossa mente. É difícil formar uma imagem do que nós nunca experimentamos; mas eu afirmo que o poder de ver o que não existe mais é tão extraordinário quanto aquele de ver aquilo que ainda não existe, e que a razão de nós concebermos facilmente o primeiro é somente o fato de que somos dotados de tal poder: para minha razão, o mistério é o mesmo.

Mas qualquer que possa ser ou possa não ser na realidade o modo do conhecimento prévio Divino, ou por mais exata que possa ser a imagem que nós tentamos formar dele, sempre, eu digo, - e esse é o único ponto que desejo provar, - sempre permanece um ponto de incerteza, que não pode ser removido, quer o conhecimento prévio Divino seja de um tipo como o nosso, ou não; e como, em um caso, não haveria a mesma contradição que existe no outro, entre nossa crença no conhecimento prévio Divino e a liberdade humana, eu penso que está provado ser verdade que ninguém tem o direito de afirmar a existência de tal contradição, e a necessidade de a razão humana escolher entre elas”.⁴⁸

A singular inconsistências dos necessitaristas

Não há uma classe de homens que discorra com mais frequência, e aparente reverência, sobre a verdade que “as coisas secretas pertencem a Deus;” e aquelas, e somente aquelas “que são reveladas pertencem a nós”; que “ninguém, além de Deus, procurando as pode encontrar;” que “assim como os céus são altos acima da terra, assim são os seus caminhos acima dos nossos caminhos, e seus pensamentos acima dos nossos

48 Essa longa citação é de: JOUFFROY, T. *Introduction to Ethics: Including a Critical Survey of Moral Systems*. James Munroe and Company: Boston, 1845; p 118-122. Texto da versão inglesa disponível, em 31/12/2021, em: <https://books.google.com.br/books?id=4ctq4pFJxaEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. (Nota do Tradutor)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

pensamentos;⁴⁹ e que é o auge da presunção em nós, pretender entender o modo de conhecer e agir de Deus. Ninguém está mais pronto para falar dos mistérios da religião do que eles. Ainda assim, por mais estranho que possa parecer, é, no entanto, verdade, que todo o seu argumento, inferido da presciência Divina, contra a doutrina da Liberdade, e em favor da doutrina da Necessidade, é baseado inteiramente sobre a assunção de que eles tem descoberto e entendido completamente o *modo* da presciência Divina sobre a conduta humana; que eles, portanto, tem mensurado e determinado “os modos e pensamentos” de Deus, que eles *sabem* que ele não pode prever senão os eventos *necessários*; que dentre muitos eventos, todos em si mesmos igualmente possíveis, e nenhum deles necessário em distinção dos outros, ele não pode prever qual, de fato, surgirá. Nós podemos apropriadamente perguntar ao Necessitarista de onde ele obtém esse conhecimento, tão vasto e profundo; onde ele tem “encontrado o Todo Poderoso com perfeição?”⁵⁰ Para mim, a pretensão de tal conhecimento parece mais como presunção do que com aquela profunda autodesconfiança e humildade que convém ao Finito na presença do Infinito. Esse conhecimento não foi obtido por meio da revelação. Deus nunca nos disse que ele pode prever somente eventos necessários. Se ele pode ou não pode prever eventos livres assim como os necessários, certamente é uma das “coisas secretas”⁵¹ que Deus não tem revelado. Se admitirmos que nós somos ignorantes do *modo* do pré-conhecimento de Deus dos eventos futuros (e quem ousará negar tal ignorância em seu próprio caso?), o argumento inteiro dos Necessitaristas, baseado sobre este conhecimento prévio, em favor de sua doutrina, cai ao chão de uma vez.

A objeção necessitarista ao argumento acima

A tudo o que foi dito acima, o Necessitarista apresenta uma objeção que ele considera irrefutável. É esta: se existem ações que são livres no sentido sustentado no presente tratado, então elas são incertas em si mesmas. Entretanto, se elas são

49 Aqui, as alusões são a Is. 55,8-9. (Nota do Tradutor).

50 Alusão a Jó 11,7. (Nota do Tradutor).

51 Alusão a Dt. 29,29. (Nota do Tradutor).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

conhecidas por Deus, elas são tanto certas e incertas, ao mesmo tempo. É verdade, eu respondo, mas não no mesmo sentido. Na medida que concerne aos *poderes* do agente, a ação pode ser incerta, enquanto ao mesmo tempo Deus pode saber certamente como ele exercerá esse poder. Em relação meramente aos *poderes* do agente, o evento é incerto. Em relação à mente de Deus, que sabe instintivamente como ele exercerá esse poder, o evento é certo.

Relevância da doutrina da Liberdade sobre o propósito e agência de Deus, em relação à conduta humana

Toda a verdade está em harmonia consigo mesma. Toda verdade particular está, e precisa estar, em harmonia com qualquer outra verdade. Se a doutrina da Necessidade for assumida como verdade, nós precisamos adotar uma determinada visão da relação dos propósitos e da agência de Deus em relação à conduta dos agentes morais. Se, por outro lado, assumirmos como verdade a doutrina da Liberdade, outra visão, completamente diferente, precisa ser adotada. Nas observações que tenho que fazer sobre esse assunto, eu devo assumir a doutrina da Liberdade juntamente com a da perfeita Onisciência, Sabedoria, e Benevolência, Divinas. A questão que agora surge, à luz de todas essas grandes verdades, é: que relação os propósitos e a agência Divina mantêm com a ação humana? Em que sentido Deus designa, preordena e faz ocorrer, a conduta voluntária de agentes morais? À luz das verdades diante de nós, apenas uma resposta pode ser dada a essa pergunta. Deus designa a ação humana unicamente nesse sentido: Ele determina a si mesmo a agir de uma determinada maneira, porque é mais sábio e melhor que ele aja dessa maneira, e somente dessa maneira. Ele determina isso, sabendo como seres inteligentes agirão sob a influência exercida sobre eles pela conduta Divina. Ele designa e provoca, ou causa a ação humana unicamente nesse sentido, que em vista da eternidade, Ele, no exercício da sabedoria e bondade infinitas, preordena, e no tempo determinado, dá existência aos *motivos* e *influências* sob as quais os agentes morais agem, e à luz dos quais eles, voluntariamente, determinam seu próprio caráter e conduta.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Conclusão do que foi dito acima

Os propósitos de Deus são consistentes com a liberdade das criaturas

1. Nós percebemos a perfeita consistência dos propósitos e agência de Deus com a liberdade humana. Se os motivos e influências em vista dos quais os homens agem, não destroem sua agência livre, - um fato que precisa ser verdade devido à natureza da Vontade, - então os propósitos de Deus ao dar existência, e sua agência ao dar existência, a esses motivos e influências, não podem em nenhum sentido destruir, ou interferir com aquela agência. Isso é uma verdade auto evidente.

Sentidos em que Deus propositou o bem e o mal moral

2. Nós percebemos também o sentido nos quais Deus propositou a existência do bem, e do mal moral, no universo. Ele propositou a existência de motivos, em vista dos quais ele sabia que uma parte de seus súditos tornar-se-iam santos, e outra parte tornar-se-iam pecadores. Mas, quando contemplamos toda a santidade e consequente felicidade que existem, nós então percebemos a razão pela qual Deus dá existência a esses motivos. O consequente pecado, no sentido acima explicado, não constitui parte da razão para sua existência, mas sempre foi, na Mente Divina, uma razão contra sua existência; razão que, no entanto, foi vencida por razões infinitamente mais importantes do outro lado. O bem que resulta da criação e providência é o grande e exclusivo objetivo da criação e providência. O mal, Deus sempre lastimou, e o teria prevenido, se isso fosse possível, isto é, se isso fosse compatível com a existência do melhor sistema possível.

A morte do incorrigível é preordenada, mas não querida

3. Nós também percebemos a perfeita consistência daquelas escrituras que representam Deus como, de modo geral, *propositando* a morte dos transgressores incorrigíveis, e ainda assim como não *querendo*, mas querendo o oposto. O propósito de destruir está baseado sobre a incorrigibilidade prevista do transgressor, - um propósito demandado pela perfeita sabedoria e benevolência, em vista dessa incorrigibilidade prevista. A incorrigibilidade em si mesma, contudo, e a consequente



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

perdição, são males, cuja existência Deus nunca quis; mas são o oposto do que ele queria, são males que um ser de perfeita sabedoria e bondade nunca poderia, e nunca pode querer. É com perfeita consistência, portanto, que a escritura representa Deus, em vista da incorrigibilidade prevista, como propositando a morte do transgressor, e ao mesmo tempo, em vista do fato que tal incorrigibilidade é o oposto do que Ele quer que a criatura manifeste, como é afirmado, “não quer que alguém pereça, mas que todos cheguem ao conhecimento da verdade”.⁵²

Deus não é responsável pela morte do incorrigível

4. Nós vemos, também, como é que, embora Deus faça isso, e propositamente fazer isso eternamente, em vista de que ele eternamente sabia que certas de suas criaturas destruiriam a si mesmas para sempre, ninguém além delas mesmas são culpadas por tal destruição. As razões são essas:

(1.) Deus nunca fez alguma coisa em vista da qual os homens devessem agir assim, nem que não os colocasse sob infinitas obrigações, de agir diferentemente, e que não fossem as mais bem adaptadas para assegurar esse fim.

(2.) Sua destruição não constituía nenhuma parte do *objetivo* de Deus na criação e providência, sendo o oposto disso a verdade.

(3.) O grande objetivo de Deus na criação e providência era, e é, produzir a maior quantidade possível de santidade - e conseqüente felicidade - e prevenir, de todo modo possível, consistente com esse fim, a existência do pecado - e conseqüentemente da miséria. Ora, se criaturas perecem sob tal influência, elas perecem por sua própria culpa.

Pecado e miséria

5. Eu tenho uma única observação a fazer sobre aqueles fenômenos da Vontade, nos quais o mal é escolhido ao invés do bem, ou o pecado em vez da santidade. Que todos os seres inteligentes possuem o poder de fazer uma escolha assim é um fato afirmado pela consciência universal. Mas que algum ser, sub quaisquer circunstâncias, podendo

⁵² Alusão a 2Pe. 2,9 (Nota do Tradutor).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

fazer tal escolha, recusa incessantemente retornar às veredas da virtude, não obstante sua experiência com as consequências do pecado, é um abuso da liberdade humana que tem de permanecer sempre um mistério. Quando um ser assinala a verdadeira razão pela qual aquilo que é direito deve ser escolhido, sempre ficamos satisfeitos com tal razão. Mas nunca ficamos satisfeitos com a razão para a conduta oposta.

Conclusão do que foi dito acima

Uma conclusão se impõe a nós a partir da visão do governo Divino que consiste com a doutrina da Liberdade. O aspecto daquele governo que resulta dessa visão do assunto recomenda a si mesmo para a razão e para a consciência do universo inteligente. Constatamos, e precisamos constatar, *mistérios* nele; mas *absurdidades* e *contradições*, nunca. Sob um governo assim, nenhum ser é condenado pelo que ele não pode evitar, nem recompensado pelo que ele não poderia deixar de fazer. Enquanto “o trono sobre o qual Deus se assenta não é precário, e ele nunca deixa de ser,”⁵³ o destino das criaturas depende de seu próprio mérito, de sua própria escolha do bem ou do mal. A elucidação dos princípios de um governo assim, “recomenda a si mesma à consciência de todo homem aos olhos de Deus.”⁵⁴

Referências

JOUFFROY, T. **Introduction to Ethics: Including a Critical Survey of Moral Systems**. James Munroe and Company: Boston, 1845.

MAHAN, Asa. **Connection of the Doctrine of Liberty With the Divine Prescience**. In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. J. M. Fitch: Oberlin, 1845.

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: PAULUS, 2002 (edição consultada).

Recebido em: 28/05/2022

Aprovado em: 28/06/2022

Publicado em: 08/08/2022

53 Possivelmente, uma alusão a Sl. 45,6. (Nota do Tradutor).

54 Alusão a 2Co. 4,2. (Nota do Tradutor).